

Cantareira Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km.

Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") e a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2023-2024 foi de R\$ 138.902, um incremento de 3,9% quando comparada com a RAP para o ciclo 2022-2023 de R\$ 133.642, decorrente do reajuste da inflação (IPCA).

(b) Pagamento de dividendos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia pagou o montante de R\$ 98.885 de dividendos, sendo R\$ 50.432 para a Celeo e R\$ 48.453 para a Copel, conforme suas participações.

(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2023 e 2022 foi de 99,99% e 100%, respectivamente.

(d) Pagamento de principal e juros de debêntures no ano

Durante o exercício findo em 2023 foram pagos R\$ 9.972 de principal, sendo R\$ 4.926 em 14 de fevereiro de 2023 e R\$ 5.046 em 14 de agosto de 2023 e R\$ 6.579 de juros, sendo R\$ 3.400 em 14 de fevereiro de 2023 e R\$ 3.179 em 14 de agosto de 2023.

(e) Companhia Paranaense de Energia - transformação em companhia de capital disperso

O Estado do Paraná autorizou a transformação da Companhia Paranaense de Energia (acionista direta da Copel Geração e Transmissão S.A. e indireta da Cantareira Transmissora de Energia S.A.) em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação").

Dentre outros, a partir da transformação em "Corporação" a Companhia Paranaense de Energia e suas controladas diretas e indiretas ficam desobrigadas do cumprimento das obrigações previstas na Lei 13.303/16 e demais obrigações aplicáveis às sociedades de economia mista.

(f) Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 134. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, é composto por 4 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinar sobre o Relatório Anual da Administração, opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral e examinar as demonstrações financeiras do exercício social.

(c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, eleger e destituir a Diretoria, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e aprovar as normas de procedimento para a administração da Companhia.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Cantareira Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cantareira Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.2 e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; ii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.401	108
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	24.612	80.753
Concessionárias e permissionárias	10	12.909	13.365
Ativo de contrato	11	136.221	129.266
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.314	3.007
Outros impostos e contribuições a recuperar		144	68
Outros ativos		609	377
Total do ativo circulante		182.210	226.945
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	34.286	32.286
Ativo de contrato	11	1.605.877	1.567.201
Total do realizável a longo prazo		1.640.163	1.599.487
Imobilizado e Intangível		52	61
Total do imobilizado + intangível		52	61
Total do ativo não circulante		1.640.215	1.599.548
Total do ativo		1.822.425	1.826.493
Fornecedores		689	519
Financiamento	12	30.970	28.371
Debêntures	13	12.251	30.984
Salários e encargos a pagar		237	196
Impostos e contribuições a recolher		1.312	1.184
Pis e Cofins diferidos	14	11.924	11.314
Dividendos	22 (c)	21.267	18.885
Encargos setoriais		3.441	2.553
Outros passivos	15	11.942	9.599
Total do passivo circulante		94.033	103.605
Financiamento	12	330.824	357.000
Debêntures	13	79.728	66.563
Provisões		65	65
Pis e Cofins diferidos	14	146.871	143.485
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	304.934	278.083
Total do passivo não circulante		862.422	845.196
Total dos passivos		956.455	948.801
Capital social	17 (a)	381.800	381.800
Reserva de lucros	17 (b)	484.170	495.892
Total do patrimônio líquido		865.970	877.692
Total do passivo e patrimônio líquido		1.822.425	1.826.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

		2023	2022
Receita operacional líquida	18	175.731	168.776
Pessoal		(1.012)	(982)
Material		(79)	(106)
Serviços de terceiros	19 (a)	(3.913)	(7.116)
Provisão para perdas esperadas de créditos	10	(1.059)	-
Outros		(475)	(562)
Custos operacionais		(6.538)	(8.766)
Lucro bruto		169.193	160.010
Pessoal		(1.004)	(743)
Serviços de terceiros	19 (b)	(929)	(897)
Outros		(521)	(479)
Despesas operacionais		(2.454)	(2.119)
Resultado antes do resultado financeiro		166.739	157.891
Receitas financeiras		14.279	10.430
Despesas financeiras		(45.894)	(48.245)
Resultado financeiro	20	(31.615)	(37.815)
Resultado antes dos impostos		135.124	120.076
Imposto de renda e contribuição social correntes		(18.728)	(11.641)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(26.851)	(28.917)
Imposto de renda e contribuição social	21	(45.579)	(40.558)
Lucro líquido do exercício		89.545	79.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	89.545	79.518
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	89.545	79.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros	Lucros a realizar	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		381.800	10.547	121.081	303.631	-	-	817.059
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	79.518	79.518
Reserva legal	17 (b)	-	3.976	-	-	-	(3.976)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (d)	-	-	-	-	-	(18.885)	(18.885)
Retenção de lucros	17 (b)	-	-	56.657	-	-	(56.657)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		381.800	14.523	177.738	303.631	-	-	877.692
Pagamento de dividendos	17 (b)	-	-	(19.966)	(60.034)	-	-	(80.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	89.545	89.545
Reserva legal	17 (b)	-	4.477	-	-	-	(4.477)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	-	(21.267)	(21.267)
Dividendos adicionais propostos	17 (b)	-	-	-	-	63.801	(63.801)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		381.800	19.000	157.772	243.597	63.801	-	865.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		89.545	79.518
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	26.851	28.917
- Imposto de renda e contribuição social correntes	21	18.728	11.641
- Provisão para perda esperada de crédito	10	1.059	-
- Pis e Cofins diferidos	18	3.994	4.187
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(14.284)	(9.876)
- Juros, correção monet. e custo de transação s/ debêntures e financiamento	12 e 13	45.172	47.795
- Ativo de contrato - remuneração	11	(174.897)	(170.143)
		(3.832)	(7.961)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		(604)	(504)
- Ativo de contrato	11	129.266	122.667
- Impostos e contribuições a recuperar		618	3.459
- Outros ativos		(229)	1.636
- Fornecedores		170	(307)
- Impostos e contribuições a recolher		(4.210)	(3.097)
- Salários a pagar		41	(3)
- Encargos setoriais		888	658
- Provisões		-	(5)
- Outros passivos		2.343	1.141
Caixa gerado pelas atividades operacionais		124.451	117.684
Impostos pagos sobre o lucro		(14.391)	(8.865)
Debêntures - pagamento de juros	13	(6.579)	(6.914)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(29.752)	(31.412)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		73.729	70.493
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(126.119)	(120.421)
Títulos e valores mobiliários - resgates		194.545	98.713
Imobilizado e intangível		9	8
Caixa proveniente (utilizado) das atividades de investimento		68.435	(21.700)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	22 (c)	(98.885)	(13.712)
Debêntures - pagamento de principal	13	(9.972)	(9.509)
Financiamentos - pagamento de principal	12	(28.014)	(25.619)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(136.871)	(48.840)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		5.293	(47)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		108	155
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	5.401	108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Página
Base de preparação	
1. Contexto operacional	15
2. Base de preparação	16
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	16
4. Uso de estimativas e julgamentos	16
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	16
6. Políticas contábeis materiais	17
7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	24
Ativos	
8. Caixa e equivalentes de caixa	24
9. Títulos e valores mobiliários	24
10. Concessionárias e permissionárias	25
11. Ativo de contrato	26
Passivos e Patrimônio Líquido	
12. Financiamento	26
13. Debêntures	29
14. PIS e COFINS diferidos	30
15. Outros passivos	30
16. Imposto de renda e contribuição social diferidos	31
17. Patrimônio líquido	31
18. Receita operacional líquida	32
Desempenho do ano	
19. Serviços de terceiros	32
20. Resultado financeiro	33
Tributos sobre o lucro	
21. Imposto de renda e contribuição social	33
Outras informações	
22. Transações com partes relacionadas	34
23. Gestão de riscos financeiros	34
24. Cobertura de seguros	37

1 Contexto operacional

A Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km.

Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") e Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão Nº 19/2014 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, nos estados de São Paulo e Minas Gerais compostas pelas: (i) linha de transmissão Estreito-Fernão, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km, com origem na subestação Estreito e término na subestação Fernão Dias; (ia) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões nas subestações Estreito e Fernão Dias, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato foi assinado no dia 5 de setembro de 2014 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 5 de maio de 2045. A Companhia entrou em operação comercial em fevereiro de 2018.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") revisará a Receita Anual Permitida ("RAP") da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no ciclo de 2020-2021. A RAP da Companhia é ajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2023-2024 em R\$ 138.902 (R\$ 133.642 para o ciclo 2022-2023). Um aumento aproximado de 3,9%, decorrente do reajuste do IPCA.

1.3 Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2020-2021.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 1 de fevereiro de 2024.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2) e análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Pratique Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações.

6.1 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ia) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (III) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (ir) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

6.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto (que varia entre 9% e 16%) definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar.

6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.5 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados para exercícios após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas novas e alteradas não possuem um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); (ii) Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e (iii) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

A companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

		2023	2022
Caixa		2	2
Depósitos bancários à vista	(a)	5.399	106
		5.401	108

(a) A variação está relacionada ao valor da próxima parcela do empréstimo que será liquidada.

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

		2023	2022
CDB	(a)	17.691	73.758
Fundo de investimento	(b)	6.921	6.995
		24.612	80.753

(a) A Companhia aplica seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,35% (98,91% em 2022) do DI com vencimento entre outubro e dezembro de 2024.

A variação do montante aplicado em CDB no exercício de 2023 está relacionada principalmente ao pagamento de dividendos.

(b) Em 31 de dezembro de 2023 a totalidade dos recursos estão aplicados em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos, referenciado DI, no Banco Santander, conforme descrito no "Não Circulante."

ii. Não circulante

		2023	2022
Fundo de investimento - Financiamento	(a)	25.573	23.084
Fundo de investimento - Debêntures	(b)	8.713	9.202
		34.286	32.286

Aplicações referente às garantias do contrato de financiamento e das debêntures e estão em conformidade com as cláusulas do contrato e da escritura, respectivamente.

- (a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.
- (b) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, em uma conta denominada "conta reserva debêntures" e "conta de pagamento debêntures", valores equivalentes ao saldo mínimo de 1 (uma) vez o valor estimado da próxima prestação semestral a vencer, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2023 a totalidade dos recursos estão aplicados em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2023 foi de 12,78% (12,18% no exercício findo em 2022).

10 Concessionárias e permissionárias

		2023	2022
A vencer		12.592	12.011
Até 3 meses		72	35
De 3 a 12 meses		279	863
Acima de 12 meses		1.025	456
Provisão para perdas esperadas de créditos	(a)	(1.059)	-
		12.909	13.365

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reavaliou e provisionou alguns títulos vencidos, incluindo a provisão da totalidade dos títulos vencidos a mais de 365 dias.

11 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	1.696.467	1.648.991
Remuneração do ativo de contrato	174.897	170.143
Recebimentos	(129.266)	(122.667)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	1.742.098	1.696.467

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	136.221	129.266
Não circulante	1.605.877	1.567.201
	1.742.098	1.696.467

12 Financiamento

Financiamento	392.135	414.776
Custo de transação	(6.764)	(7.455)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	385.371	407.321
Juros	33.489	34.390
Amortização - principal	(28.014)	(25.619)
Amortização - juros	(29.752)	(31.412)
Amortização - custo de transação	700	691
Financiamento	367.858	392.135
Custo de transação	(6.064)	(6.764)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	361.794	385.371

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	30.970	28.371
Não circulante	330.824	357.000
	361.794	385.371

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 28 de dezembro de 2016 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1.

O valor total do financiamento foi de R\$ 426.834 divididos em 3 (três) subcréditos:

- i. Subcrédito A no valor de R\$ 360.119 destinados as obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 e última parcela será no dia 15 de setembro de 2032.

- ii. Subcrédito B no valor de R\$ 64.591 destinados a aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 e última parcela será no dia 15 de setembro de 2032.
- iii. Subcrédito C no valor de R\$ 2.124 destinados a investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidirá a TJLP.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2023
Em 2025	31.657
Em 2026	34.450
Em 2027	37.484
A partir de 2028	227.233
	330.824

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária; (b) não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) concessão de preferência a outros créditos e (iii) distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido; (c) cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (d) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,2 e o ICP igual ou superior a 20%, sendo este calculado de acordo com as demonstrações contábeis regulatórias.

Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2023
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	1,51
(A) Geração de caixa da atividade	111.936
(B) Serviço da dívida	74.317
(A) Geração de caixa da atividade	111.936
(+) LAJIDA (EBITDA)	126.327
(-) Pagamento de imposto de renda	(9.478)
(-) Pagamento de contribuição social	(4.913)
(B) Serviço da dívida	74.317
(+) Amortização de principal	37.986
(+) Pagamento de juros	36.331
EBITDA	126.327
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	135.124
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	31.615
(+) Depreciações e amortizações	9
(+/-) Perdas (desvalorização) por impairment/reversão de perdas anteriores	1.059
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da ICPC 01	3.994
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(186.948)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(8.103)
(+) RAP no exercício	149.177
(+/-) Outros ajustes IFRS (i)	400

- (i) Refere-se a diferenças oriundas da aplicação do ICPC 01 (R1) relacionadas às adições ao imobilizado.

(b) Índice de capital próprio (ICP)

(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	41%
(B) Patrimônio líquido	367.678
(C) Total do ativo	895.413

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

13 Debêntures

Debêntures	100.099	104.072
Custo de transação	(2.552)	(2.816)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	97.547	101.256
Juros	10.731	12.450
Amortização - principal	(9.972)	(9.509)
Amortização - juros	(6.579)	(6.914)
Amortização - custo de transação	252	264
Debêntures	94.279	100.099
Custo de transação	(2.300)	(2.552)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	91.979	97.547

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	12.251	30.984
Não circulante	79.728	66.563
	91.979	97.547

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de dezembro de 2017 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 100.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 9 de janeiro de 2018. O saldo principal da dívida é corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido da taxa de juros de 6,91% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios foi realizado no dia 15 de fevereiro de 2019 e o último será efetuado na data de vencimento em 15 de agosto de 2032.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2023
Em 2025	10.219
Em 2026	10.219
Em 2027	10.219
A partir de 2028	49.071
	79.728

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não pagamento dos juros e do principal nas datas previstas na escritura; (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, bem como o requerimento de autofalência ou de falência relativo a Companhia; (c) transformação da Companhia em outro tipo societário; (d) declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento do BNDES e/ou de qualquer financiamento contratado pela Companhia, não sanadas no prazo de 90 (noventa) dias; (e) extinção da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão; e (f) não atingimento, por 2 (dois) anos seguidos ou 3 (três) anos intercalados, do ICSD mínimo de 1,20. O ICSD precisa ser apurado anualmente e a metodologia de cálculo é a mesma utilizada na apuração do ICSD do contrato de financiamento do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures foram cumpridas pela Companhia.

14 PIS e COFINS diferidos

	2023	2022
PIS	28.325	27.613
COFINS	130.470	127.186
	158.795	154.799

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	11.924	11.314
Não circulante	146.871	143.485
	158.795	154.799

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

15 Outros passivos

	2023	2022
CDE, Rateio de antecipação e parcela de ajuste	10.001	7.660
Outros	1.941	1.939
	11.942	9.599

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Imposto de renda	224.217	204.473
Contribuição social	80.717	73.610
	304.934	278.083

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias. A posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	304.934	278.083
	304.934	278.083

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 381.800, dividido em 381.800.000 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	%	Ações (mil) 2023 e 2022
Celeo Redes Brasil S.A.	51%	194.718
Copel Geração e Transmissão S.A.	49%	187.082
	100%	381.800

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor destinado foi de R\$ 4.477 e R\$ 3.976, respectivamente.

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor destinado foi de R\$ 56.657.

Conforme Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 20 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 19.966 como dividendos adicionais.

iii. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.2.

Conforme Assembléia Geral Extraordinária AGE realizada em 20 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 60.034 como dividendos adicionais.

iv. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023 o valor destinado foi de R\$ 63.801.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado foi de R\$ 21.267 e R\$ 18.885, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi pago o montante de R\$ 18.885.

18 Receita operacional líquida

	2023	2022
Remuneração do ativo	186.948	179.541
Receita de operação e manutenção	8.103	7.690
Parcela variável	(244)	(10)
Receita bruta	194.807	187.221
Pis e Cofins correntes	(13.149)	(12.463)
Pis e Cofins diferidos	(3.994)	(4.187)
Encargos setoriais	(1.933)	(1.795)
Deduções da receita	(19.076)	(18.445)
	175.731	168.776

19 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

		2023	2022
Serviço de operação e manutenção	(i)	(2.109)	(1.255)
Consultoria ambiental	(ii)	(1.044)	(1.035)
Manutenção de subestação	(iii)	(532)	(4.492)
Diversos		(228)	(334)
		(3.913)	(7.116)

- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.
- (iii) Refere-se a prestação de consultoria para atendimento das condicionantes da Licença de Operação.
- (iv) Do montante gasto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, R\$ 3.998 refere-se à aquisição de transformadores de corrente.

(b) Despesas operacionais

		2023	2022
Prestação de serviços administrativos	(i)	(437)	(345)
Consultorias		(325)	(362)
Diversos		(167)	(190)
		(929)	(897)

- (i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo.

20 Resultado financeiro

	2023	2022
Rendimento de aplicação financeira	13.880	9.876
Outras receitas	399	554
Receitas financeiras	14.279	10.430
Juros - debêntures	(10.731)	(12.450)
Juros - financiamento	(33.489)	(34.390)
Custo de transação - debêntures	(252)	(264)
Custo de transação - financiamento	(700)	(691)
Outras despesas	(722)	(450)
Despesas financeiras	(45.894)	(48.245)
	(31.615)	(37.815)

21 Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	135.124	120.076
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(45.942)	(40.826)
Incentivo fiscal IRPJ (cultural, artístico, audio visual e outros)	415	249
Adições	(52)	19
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(45.579)	(40.558)
Alíquota efetiva	34%	34%

22 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

		Passivo		Despesa/Custo	
		2023	2022	2023	2022
Celeo Redes	(i)	159	97	(2.546)	(1.599)
		159	97	(2.546)	(1.599)

- (i) Refere-se contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "serviços de terceiros - custos operacionais". O contrato foi assinado no dia 17 de março de 2021 e possui vigência de 5 (cinco) anos. O valor original do contrato foi de R\$ 1.121 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "serviços de terceiros - despesas operacionais". O contrato foi assinado no dia 30 de dezembro de 2014 e possui vigência de 4 (quatro) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R\$ 272, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão.

(b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração da diretoria, do conselho fiscal e do conselho de administração foi de R\$ 744 (R\$ 325 em 31 de dezembro de 2022) e está registrada na rubrica "pessoal - despesas operacionais".

(c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	18.885	13.712
Dividendos oriundos das reservas de lucros	80.000	-
Pagamento de dividendos	(98.885)	(13.712)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	21.267	18.885
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	21.267	18.885

23 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, cujo fornecimento é obrigatório para todos os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolso. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(6.921)	(5.190)	(3.460)
Financiamento	Aumento da TJLP	23.698	17.773	11.849
Debêntures	Aumento do IPCA	4.102	3.077	2.051

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (11,75% e 4,46%) foi considerada conforme relatório Focus de 29/12/2023. A TJLP para o cenário provável (6,55%) foi considerada conforme relatórios de mercado de dezembro de 2023.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	31/12/2023		31/12/2022	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	8	Nível II	5.401	-	108	-
Títulos e valores mobiliários	9		-	58.898	-	113.039
Concessionárias e permissionárias	10		12.909	-	13.365	-
Ativos Financeiros			18.310	58.898	13.473	113.039
Empréstimos	12		361.794	-	385.371	-
Debêntures	13		94.279	-	100.099	-
Passivo Financeiro			456.073	-	485.470	-

(d) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

(e) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos netas informações financeiras, que não sejam mensurados ao valor justo, se aproximam dos seus valores justos, excetoconforme detalhado na tabela a seguir.

		Hierarquia do valor justo	31/12/2023		31/12/2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	14	Nível II	94.279	96.969	100.099	99.033
			94.279	96.969	100.099	99.033

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

24 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2023 a 30.06.2024	88.390
Responsabilidade civil	30.06.2023 a 30.06.2024	70.000
Veículos	30.05.2023 a 30.05.2024	152

Julio César de Castro Martins
Diretor Presidente

Luiz Carlos Leite
Diretor Administrativo Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8